

Lula 3.0: balanço do primeiro ano de governo

Daniel Cardoso

1 de Janeiro de 2023. Luiz Inácio Lula da Silva assume a presidência da República Federativa do Brasil. O momento era de celebração e catarse. Durante a presidência do seu antecessor, Jair Bolsonaro, o país tinha passado pela principal prova à sua democracia reinstalada no final dos anos 80 do século XX. Foram quatro anos de sucessivos ataques pelo presidente às instituições políticas nacionais, com frequentes ameaças de golpe de Estado, que se tornaram em ameaças de não aceitação dos resultados em caso de derrota nas eleições de 2022.

A celebração não era apenas de Lula da Silva e dos seus apoiantes mais diretos, mas também de vários partidos, setores políticos e cidadãos, que se tinham unido durante as eleições de 2022 na vontade de terminar com as pressões antidemocráticas de Jair Bolsonaro. Contudo, este momento de graça durou pouco. A 8 de janeiro de 2023, uma semana depois da posse, milhares de apoiantes de Bolsonaro tomaram Brasília e invadiram a praça dos três poderes. As sedes de cada um dos três poderes (executivo, legislativo e judicial) foi vandalizada. As imagens chocaram o Brasil e o mundo, fazendo lembrar o que tinha acontecido no Capitólio em Washington DC, dois anos antes. A invasão de 8 de janeiro mostrou um país que se mantinha dividido e, sobretudo, radicalizado.

Este artigo faz um balanço do primeiro ano de governo de Lula no seu terceiro mandato enquanto presidente do

Brasil, tendo como enquadramento a tensão entre democracia e autoritarismo que marcou a política brasileira na última década.

Governo Bolsonaro e o desafio autoritário à democracia brasileira

As cenas de 8 de janeiro de 2023 podem ser vistas como uma tragédia anunciada. Durante os quatro anos em que esteve na presidência do Brasil, Jair Bolsonaro actuou da mesma forma como tinha actuado enquanto membro da Câmara dos Deputados durante mais de duas décadas: ameaçando, radicalizando, inflamando. A sua vitória nas eleições de 2018 deveu-se, em grande parte, ao facto de se ter apresentado e de ter sido visto como um candidato antissistema. Num contexto em que o sistema político brasileiro estava bastante descredibilizado por causa da crise económica de 2013 e da destituição da presidente Dilma Rousseff em 2016, um candidato como Bolsonaro, com pouco peso político, ganhou apelo popular e relevância eleitoral.

Tendo concorrido e vencido as eleições de 2018 enquanto candidato “antissistema”, Bolsonaro procurou comportar-se retoricamente também como um presidente “antissistema”. Fê-lo criando tensões com os media, universidades, agências estatais, outros órgãos de poder, governadores estaduais e oposição. A sua retórica incidu também sobre o sistema de-

mocrático, tendo ameaçado várias vezes não aceitar os resultados em caso de derrota. Leonardo Avritzer identificou neste comportamento a principal característica de Bolsonaro e do bolsonarismo (movimento político encabeçado por Bolsonaro): a anti-política, definida como a “reação à ideia de que instituições e representantes eleitos devem discutir, negociar e processar respostas a temas em debate no país”¹. Neste sentido, para o investigador brasileiro, Bolsonaro “chegou à presidência não como líder político, mas como alguém a destruir políticas e políticos”². E na ausência de política o que passou a contar foi a narrativa, ou seja quem controla a história de forma a mobilizar as bases³.

“Tendo concorrido e vencido as eleições de 2018 enquanto candidato “antissistema”, Bolsonaro procurou comportar-se retoricamente também como um presidente “antissistema(...)”

Esta tensão constante com o sistema político foi, de acordo com Christian Lynch e Paulo Henrique Cassimiro, uma das características do populismo que esteve na base da atuação política

de Bolsonaro e do bolsonarismo⁴. Para os investigadores brasileiros, populismo é definido como a divisão retórica entre elite (que domina o sistema) e o povo (excluído desse sistema). Bolsonaro apresentava-se assim como representante do povo e anti-elite⁵. Neste contexto, Bolsonaro não era diferente de outros políticos que assumiram a mesma estratégia como Donald Trump nos EUA e Rodrigo Duterte nas Filipinas, só para dar alguns exemplos⁶.

É, pois, nesta tensão e polarização estrategicamente cultivada por Bolsonaro desde as eleições de 2018 que se podem encontrar as causas estruturais para a invasão das sedes dos três poderes em janeiro de 2023. A invasão foi o culminar da antipolítica e do populismo de Bolsonaro e do bolsonarismo que, ao contribuírem para descredibilizar as instituições, as tornaram alvos de atos de delinquência e violência política.

Foi este o país que Lula da Silva recebeu ao assumir a presidência em janeiro de 2023 e ao iniciar a governação do seu terceiro mandato. Um país polarizado e com défices graves em termos de respostas aos problemas políticos, sociais e económicos.

Balanço do primeiro ano do governo Lula 3.0

Uma das principais conclusões do primeiro ano de Lula da Silva no regresso à presidência é a normalização da política brasileira. O debate e as negociações entre Congresso, Tribunais e Presidência voltaram ao centro da atividade política do país, retomando

o padrão de democracia liberal em vigor desde 1988. Por contraste, as ruas e as redes sociais perderam relevância. A avaliação das vantagens e desvantagens desta opção vai para além do propósito deste artigo, mas vale a pena salientar que a institucionalização da política contribuiu visivelmente para o acalmar das tensões. Até a própria discussão sobre o 8 de janeiro se dá principalmente nos fora tradicionais como o Congresso e os Tribunais. Apesar de ter havido uma normalização institucional da política brasileira, as sondagens continuam a mostrar um país dividido. Os dados mais recentes indicam que a aprovação do governo Lula se situa em torno dos 54%, enquanto os que desaprovam estão em torno dos 42%. Não deixam de ser, contudo, dados positivos já que a aprovação está acima dos 50%. Os elevados níveis de desaprovação poderão estar relacionados com a força do bolsonarismo a nível social, isto apesar de, por decisão do Tribunal Superior Eleitoral, Jair Bolsonaro não poder ser candidato a ocupar qualquer lugar político nos

próximos oito anos no Brasil. A decisão fundou-se na atuação de Bolsonaro na campanha presidencial de 2022.

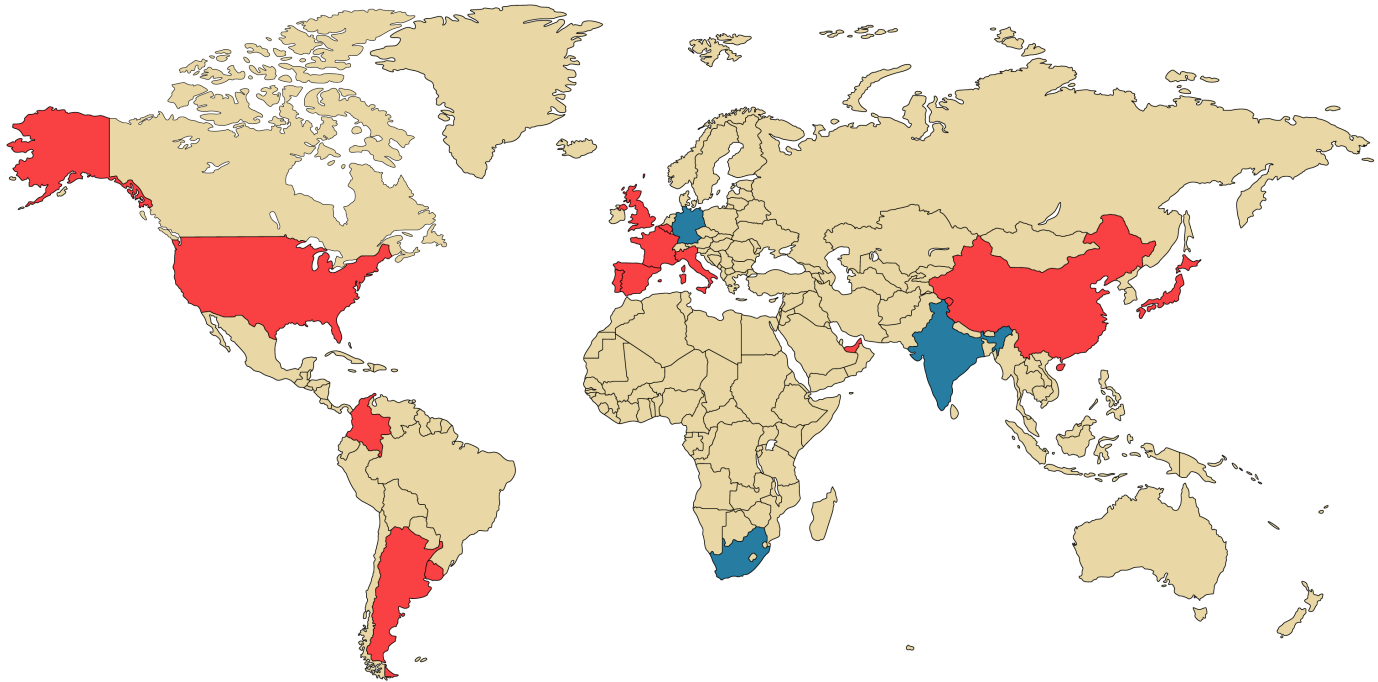
A economia tem sido um dos pontos fortes do governo. Dados do IBGE mostram que o PIB brasileiro cresceu nos dois primeiros trimestres do ano, projetando-se um crescimento anual em torno de 3%, acima das expectativas do mercado e do governo. A economia brasileira foi, em 2022, a 12ª maior do mundo e, de acordo com projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) passará a estar entre as dez maiores a partir deste ano. Também na área social tem havido avanços com a revitalização dos programas “Minha casa, minha vida” e “Bolsa família”. Noutras áreas, o governo tem tido mais dificuldades em se impor. Além de já ter havido rotação de ministros, o facto de ser um governo muito heterogéneo e com muitas forças políticas têm dificultado a implementação de uma agenda comum e de políticas concretas. A base de apoio ao governo Lula conta, nesta altura, com 11 partidos, somando 389 deputados.

12 maiores economias do mundo em 2022 – PIB (milhares de milhões)

Produto Interno Bruto (PIB) em milhares de milhões	
EUA	25 464.48
China	18 100.04
Japão	4 233.54
Alemanha	4 075.4
Índia	3 386.4
Reino Unido	3 070.6
França	2 784.02
Rússia	2 215.29
Canadá	2 139.84
Itália	2 012.01
Brasil	1 924.13
Austrália	1 701.89

Fonte: Poder 360

Viagens internacionais de Lula da Silva em 2023



Fonte: Poder 360

“(...)o regresso de Lula à presidência representa um regresso à política convencional no Brasil(...)”

Política externa: uma das prioridades do governo brasileiro

Limitado a nível interno, o presidente brasileiro tem concentrado as suas atenções nas relações internacionais. Nos dois mandatos anteriores, Lula da Silva já tinha demonstrado uma predileção pela dimensão externa. Não é, por isso, uma surpresa que, agora de regresso à presidência, Lula da Silva volte a revelar um grande interesse nesta dimensão. Desde que assumiu, Lula da Silva já se reuniu com todos os líderes das principais potências do sistema internacional, designadamente

Estados Unidos da América (EUA), China, Japão, União Europeia, Índia, entre outros. Num mundo multipolar, com vários centros de poder, e numa perspectiva de geometria variável, manter relações com vários países tornou-se fundamental para uma potência média como o Brasil.

Em termos de agenda, a política externa sob Lula segue aqueles que foram os princípios que nortearam o país nos dois mandatos anteriores: prioridade à região, ao Sul Global, sem descurar os principais parceiros políticos e económicos. A novidade neste mandato tem sido a vontade de se envolver mais diretamente nos assuntos que marcam as relações internacionais como um todo, por exemplo, a guerra da Ucrânia. Porventura, esta estratégia justifica-se pela intenção do Brasil de se tornar um dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, tendo, por isso, que mostrar

que tem uma palavra a dizer sobre eventos internacionais. Contudo, a margem de manobra para um país de médio poder como o Brasil é reduzida. Isso faz com que a intervenção brasileira seja, sobretudo, discursiva. Neste aspeto, do ponto de vista do Ocidente, Lula da Silva tem tido alguns deslizes, designadamente quando colocou a culpa pela guerra na Ucrânia tanto na Rússia quanto nos EUA e Europa. Do ponto de vista do Sul Global, estas declarações têm uma reação mais favorável, já que muitos destes países têm a mesma visão.

Como conclusão, o regresso de Lula à presidência representa um regresso à política convencional no Brasil. O ambiente político permanece polarizado e as relações com o Congresso têm sido difíceis. Neste contexto, crises políticas com eventuais alterações de poder permanecem uma possibilidade. Mas, mesmo nestas condições, o

governo tem conseguido avançar em áreas importantes como a economia, sector social e política externa, indicando que há margem para concretizações nos próximos três anos.

Referências

- ¹ Avritzer, Leonardo (2020), *Política e Antipolítica: a crise do governo Bolsonaro*. São Paulo: Editoria Todavia.
- ² Avritzer, 2020
- ³ Chagas Bastos, Fabrício H. (2019), "Political Realignment in Brazil: Jair Bolsonaro and the Right Turn", *Revista de Estudios Sociales*, 69, 92-100.
- ⁴ Lynch, Christian, e Cassimiro, Paulo Henrique (2021), "O populismo reacionário no poder: uma radiografia ideológica da presidência Bolsonaro (2018-2021)", *Aisthesis*, 70, 223-249.
- ⁵ Lynch e Cassimiro, 2021
- ⁶ Fawcett et al. (2017), *Anti-Politics, Depoliticization, and Governance*. Oxford: Oxford University Press.